



Com mobilidade urbana todos ganham

Prioridade ao transporte público eficiente e de qualidade é decisiva para todos terem vidas melhores e cidades sustentáveis, esteios do desenvolvimento.

Com mobilidade urbana todos ganham

A CNTU levanta a bandeira de que a mobilidade urbana afeta amplamente a sociedade, todos perdem quando ela é precária e todos ganham quando ela é eficiente. A campanha visa, assim, contribuir para que esse importante tema seja tratado como prioridade no âmbito das políticas públicas em todos os níveis de governo, entendendo que as cidades são esteio do desenvolvimento sustentável do País. Sob essa ótica, a iniciativa propugna por mais investimentos em transporte público, revertendo a situação drástica do trânsito devido a atual prioridade ao transporte individual. Isso exige planejamento integrado de longo prazo e cooperação entre os entes da federação.

A precariedade na oferta de serviços e as altas tarifas do transporte público restringem as oportunidades de trabalho, além de dificultar o acesso à educação, saúde e lazer. Diversos estudos apontam os impactos significativos da qualidade e dos custos de transporte na vida das famílias de baixa renda. Nos últimos anos, entretanto, somaram-se a esse novos problemas. Todos os segmentos sociais enfrentam a perda de eficiência com os crescentes congestionamentos. O próprio dinamismo da economia brasileira é um dos fatores decisivos do atual quadro, pois as políticas de enfrentamento e resistência à crise internacional, baseadas no fortalecimento do mercado interno, determinam maior deslocamento de pessoas e mercadorias. Dentre elas, chama atenção a ampliação daquelas de incentivos à produção e compra de automóveis – incentivos fiscais e de financiamento que não são dados ao transporte público. Como consequência, tem-se aumento da frota de veículos individuais bem acima do crescimento demográfico (66% a 13%, respectivamente, em oito anos), com forte impacto negativo sobre a sustentabilidade urbana.

Impactos do caos urbano

<i>Quadro síntese dos impactos do atual sistema de mobilidade urbana com ênfase no transporte individual sobre a sustentabilidade</i>		
Econômico	Social	Ambiental
Congestionamento – lentidão	Iniquidade dos impactos – acentuando as desigualdades	Poluição do ar
Barreira à mobilidade – os mais pobres ficam para trás	Mobilidade diferenciada – acentuando a apartação social	Alterações climáticas
Custos de acidentes	Impactos na saúde humana	Perda do habitat
Custo do equipamento de transporte	Desarticulação social	Poluição da água e diversos impactos hidrológicos
Custo de usuário	Perda na qualidade de vida	Poluição sonora
Redução de recursos não renováveis	Doenças mentais e afetivas, corpos tristes e aprisionados (“suplícios do corpo”)	Estética: cidades mais feias

Adaptado de CNI - Cidades: mobilidade, habitação e escala – um chamado à ação, 2012

Medidas positivas que precisam ser cumpridas e ampliadas

A criação do Ministério das Cidades em 2003 assinalou avanço na compreensão pelo governo federal do decisivo papel das cidades no desenvolvimento nacional. Uma das suas áreas de ação é transporte e mobilidade urbana. Além disso, a Lei 12.587, de 2012, constitui passo importante, ao instituir marco regulatório para o setor. No entanto, é preciso que seja aplicada.

Essenciais também são as ações previstas no chamado PAC da Mobilidade Urbana Grandes Cidades, que disponibilizou R\$ 32,7 bilhões para projetos de implantação, melhoria e ampliação de sistemas de transporte público coletivo nas maiores cidades brasileiras, isto é, em 51 municípios com mais de 700 mil habitantes. Dentre eles, os que sediarão a Copa de 2014 receberam tratamento prioritário. Para 75 cidades de médio porte, com populações entre 250 e 700 mil habitantes, foram destinados R\$ 7 bilhões a investimentos em transporte público e construção de vias urbanas. Essas ações são positivas, mas não suficientes para mudar o quadro no País, além de enfrentarem problemas como demora no repasse de recursos e execução das obras.



Brasil Inteligente é um projeto da CNTU que tem como missão valorizar a inteligência coletiva dos brasileiros, ou seja, reconhecer e mobilizar as capacidades e energias de todos em criar soluções positivas para a vida, para a organização e o progresso social. Busca debater e implementar a boa racionalidade, ou seja, aquela que tem enfoque no bem-estar coletivo. Acredita, antes de mais nada, no papel primordial da educação, da saúde e da cultura para a existência de indivíduos e coletividades livres. Valoriza o trabalho e a formação de competências. Promove permanentemente o desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional. Estimula a criação e a inventividade como poderosas aliadas da inteligência. Reivindica e propõe ações de desenvolvimento sustentável e transformação social. Realiza campanhas de formação e informação da opinião pública e de reivindicação e proposição de soluções decisivas para a melhoria da qualidade de vida e de defesa dos direitos humanos.

Recomendações aos governos e sociedade

- Priorizar o transporte público de alta e média capacidade em todas as cidades do País, especialmente nas grandes e nas regiões metropolitanas.
- Colocar o desenvolvimento e a mobilidade urbana no centro do debate e das políticas de desenvolvimento sustentável do País.
- Realizar o planejamento de longo prazo do desenvolvimento e mobilidade urbana.
- Inserir e articular as políticas de mobilidade urbana com as de uso e ocupação do solo, combatendo a especulação imobiliária, favorecendo a compactação das cidades, a habitação popular e o saneamento integrado.
- Valorizar e incentivar a participação social no planejamento do desenvolvimento e mobilidade urbana.
- Promover o federalismo cooperativo entre as três instâncias de governo para esse planejamento.
- Combinar políticas de inibição, superposição e complementaridade do transporte individual com o público.
- Fazer valer, divulgando e implementando, a Lei de Mobilidade Urbana.
- Investir em pesquisas de desenvolvimento tecnológico e inovacional para veículos, equipamentos e combustíveis menos poluentes.
- Enfrentar a sedução do *marketing* automobilístico através de campanhas de educação e informação sobre as vantagens da mobilidade urbana baseada nos transportes públicos.
- Estabelecer o ano de 2022, do Bicentenário da Independência do Brasil, como marco de conquista da completa inversão do atual modelo de mobilidade urbana para o modelo baseado em transporte público.

Oito temas para unir e fazer a diferença

- **Sistema nacional de educação continuada dos profissionais universitários**

Doze dias por ano para aprimorar a formação, sem prejuízo dos salários, com financiamento compartilhado.

- **Implantação da internet pública**

Infraestrutura de rede com domínio público, universalização do acesso, banda larga para todos e desenvolvimento tecnológico-industrial.

- **Qualidade na saúde**

Mais recursos para o SUS (Sistema Único de Saúde), universalização do acesso e humanização das relações dos profissionais da saúde com os pacientes.

- **Uso racional de medicamentos**

Acesso aos medicamentos é direito de todos, seu uso indiscriminado faz mal à saúde, e eles devem atender os interesses das pessoas e coletividades.

- **Reabilitação bucal para inclusão social**

Urgente e prioritário o combate à falta de dentes, garantindo o direito à prótese dentária, sobretudo na terceira idade.

- **Com mobilidade urbana todos ganham**

Prioridade ao transporte público eficiente e de qualidade é decisiva para todos terem vidas melhores e cidades sustentáveis, esteios do desenvolvimento.

- **Alimentação saudável, contra o uso abusivo de agrotóxicos**

Alimento adequado e seguro é direito da população, e o uso indiscriminado de agrotóxicos envenena o planeta.

- **Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia**

Nova economia amazônica com base na sociobiodiversidade, novos materiais e recursos energéticos, superando a economia predatória e excludente.



CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DOS
TRABALHADORES
LIBERAIS
UNIVERSITÁRIOS
REGULAMENTADOS



Em seus 98 sindicatos filiados abaixo relacionados

- Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo
- Sindicato dos Engenheiros no Estado do Acre • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Alagoas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amapá • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amazonas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará • Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Piauí • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Roraima • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Tocantins
- Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Amazonas • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Ceará • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Espírito Santo • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Mato Grosso • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Paraíba • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Piauí • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Sergipe • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo
- Sindicato dos Médicos de Pernambuco • Sindicato dos Médicos da Paraíba • Sindicato dos Médicos do Tocantins • Sindicato dos Médicos do Amazonas • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Médicos de Santa Catarina • Sindicato dos Médicos de Sergipe • Sindicato dos Médicos do Vale do Paraíba • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Médicos do Piauí • Sindicato dos Médicos do Acre • Sindicato dos Médicos do Paraná • Sindicato dos Médicos do Grande ABC • Sindicato dos Médicos de São Paulo • Sindicato dos Médicos de Santos • Sindicato dos Médicos de Campinas • Sindicato dos Médicos do Espírito Santo • Sindicato dos Médicos de Juiz de Fora • Sindicato dos Médicos de Minas Gerais • Sindicato dos Médicos da Bahia • Sindicato dos Médicos do Distrito Federal • Sindicato dos Médicos de Goiás • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Médicos do Ceará • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso • Sindicato dos Médicos de Alagoas • Sindicato dos Médicos de Anápolis • Sindicato dos Médicos do Amapá • Sindicato dos Médicos de Campos • Sindicato dos Médicos de Caxias do Sul • Sindicato dos Médicos de Criciúma • Sindicato dos Médicos de Governador Valadares • Sindicato dos Médicos do Maranhão • Sindicato dos Médicos de Maringá • Sindicato dos Médicos do Norte de Minas • Sindicato dos Médicos de Niterói, São Gonçalo e Região • Sindicato dos Médicos de Novo Hamburgo • Sindicato dos Médicos do Pará • Sindicato dos Médicos de Petrópolis • Sindicato dos Médicos de Presidente Prudente • Sindicato dos Médicos do Centro-Norte Fluminense • Sindicato dos Médicos do Rio Grande • Sindicato dos Médicos de Rondônia • Sindicato dos Médicos de Roraima • Sindicato dos Médicos de Santa Maria • Sindicato dos Médicos de São José do Rio Preto • Sindicato dos Médicos de Sorocaba e Região Sul do Estado
- Sindicato dos Nutricionistas de Alagoas • Sindicato dos Nutricionistas do Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Nutricionistas do Pará • Sindicato dos Nutricionistas de Pernambuco • Sindicato dos Nutricionistas de São Paulo
- Sindicato dos Odontologistas do Acre • Sindicato dos Odontologistas do Amapá • Sindicato dos Odontologistas do Amazonas • Sindicato dos Odontologistas do Ceará • Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal • Sindicato dos Odontologistas do Espírito Santo • Sindicato dos Odontologistas no Estado de Goiás • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso • Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais • Sindicato dos Odontologistas do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Odontologistas de Rondônia • Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas de Sergipe